

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 018/2024

CONTRATANTE (UASG) 980749

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CANDIDO MENDES- MA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.026.745,52

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 11 DE JULHO DE 2024 ÀS 08H:30MIN NO HORÁRIO DE BRASÍLIA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ..	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	20
11. DOS RECURSOS	21
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	21
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	24
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2024

Torna-se público que o(a) **A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES**, por meio do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, Código (UASG 980749) Localizada na **RUA ABEL FERRAZ, S/N, PIRACAMBU, CÂNDIDO MENDES – MA, CNPJ Nº 06.059.505/0001-08**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 26 de 12 abril de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de preços para eventual e futura aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis visando atender as necessidades do município de Candido Mendes- MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

RUA ABEL FERRAZ, S/N, PIRACAMBU, CÂNDIDO MENDES – MA, CNPJ Nº 06.059.505/0001-08

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da

sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12. O valor final mínimo na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem

como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado/União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores es, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo

sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos abaixo e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por qualquer outro meio admitido por direito.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. A regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,

mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.18. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.18.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.18.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.18.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.18.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.18.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.18.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.18.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.18.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações.

8.19. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.19.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.19.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19.6. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual e Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.20. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

RUA ABEL FERRAZ, S/N, PIRACAMBU, CÂNDIDO MENDES – MA, CNPJ Nº 06.059.505/0001-08

8.20.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresso o prazo de validade;

8.20.2. Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas, termo de abertura e encerramento acompanhado com livro já exigíveis e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.20.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.20.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.20.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.20.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.20.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.20.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

8.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi realizada a entrega;

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

8.4. O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Conab possa valer-se para manter contato com a empresa declarante;

8.5. **A Prefeitura Municipal de Cândido Mendes - MA**, se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

8.6. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.7. A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

8.8. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

8.9. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor;

8.10. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio;

8.11. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.12. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

8.13. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado;

8.14. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos;

8.15. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

8.16. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.16.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a

comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.16.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.16.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.16.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.16.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.16.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.16.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://transparencia.candidomendes.ma.gov.br/>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.5. fraudar a licitação;
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município/estado/União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: candidomendes.cpl@gmail.com, por petição dirigida ou protocolada no endereço: **Rua Abel Ferraz, S/N, Bairro Piracambu, Cândido Mendes – MA.**

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.candidomendes.ma.gov.br/>.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.12. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 14.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 14.12.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Cândido Mendes - MA, 27 de junho de 2024.

Edmilson Cunha Filho
Secretário Municipal de Administração Indústria e Comércio

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Registro de preços para eventual e futura aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis visando atender as necessidades do município de Candido Mendes- MA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição dos Itens	Quantidade	Unidade	V. Unitario	V. Total
1	ACHOCOLATADO EM PÓ:Mistura de 50% cacau em pó solúvel de cacau, açúcar, extrato de malte ou maltodextrina, sal, com, no mínimo 7 (sete) vitaminas, ferro. Isento de soja e farinhas em sua formulação, nutricionais e prazo de validade. Pacote 400 gramas	1.296	Pacotes	R\$ 10,70	R\$ 13.867,20
2	ACHOCOLATADO EM PÓ DIET:Mistura de 50% cacau em pó solúvel de cacau, açúcar, extrato de malte ou maltodextrina, sal, com, no mínimo 7 (sete) vitaminas, ferro. Isento de soja e farinhas em sua formulação. , informação. nutricionais e validade. Pacote 400 g	384	Pacotes	R\$ 21,90	R\$ 8.409,60
3	AÇUCAR CRISTAL: Aspecto sólido com cristais bem definidos, composto por sacarose de cana-de-açúcar, cor branca,, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, pacote 1 kg, fardo com 30kg.	4.500	Quilogramas	R\$ 5,80	R\$ 26.100,00
4	ARROZ BRANCO TIPO 1: Classe: branco, longo, fino, tipo I, grãos inteiros . Embalagem: deve estar intacta, em polietileno, transparente, atóxico, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, pacote de 1 kg, fardo com 30kg.	5.500	Quilogramas	R\$ 7,50	R\$ 41.250,00
5	AZEITE: Extra virgem, produto de primeira qualidade, com acidez máxima de 0,8%%, derivado da prensagem de azeitonas,nao deverá apresenta	260	Unidades	R\$ 38,97	R\$ 10.132,20

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

	substância contaminante. Embalagem atóxica, intacta, informações nutricionais e prazo de validade, litro de 500 ml.				
6	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER: Salgado, de textura crocante, com 400g, características adicionais sem recheio, aplicação alimentação humana, 1ª qualidade, embalagem: saco plástico atóxico, data de fabricação, prazo de validade,	3.000	Pacotes	R\$ 6,64	R\$ 19.920,00
7	BISCOITO TIPO MAISENA: De sabor, cor e odor característicos, textura crocante, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente de dupla face, contendo 400g, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 (seis) meses	3.000	Pacotes	R\$ 7,00	R\$ 21.000,00
8	CAFÉ EM PÓ: Tipo 1, tradicional, torrado e moído, acondicionado em embalagem de polietileno resistente, atóxica, tipo almofada, contendo 250 gramas, data de fabricação e validade. Validade mínima de 04 (quatro) meses	1.160	Pacotes	R\$ 7,00	R\$ 8.120,00
9	CANELA EM PÓ: Produto de primeira qualidade, pó fino, deverá apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante, sem traços brancos ou mofo, contendo informações sobre o produto e prazo de validade, pacote de 50 gramas.	1.170	Pacotes	R\$ 4,17	R\$ 4.878,90
10	CEREAIS DE FLOCOS DE MILHO SEM SAL: Flocos grandes, amarelos, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados, resistentes, informações nutricionais. Embalagem de 500g.	1.300	Pacotes	R\$ 11,42	R\$ 14.846,00
11	CONDIMENTO COLORÍFICO EM PÓ (COLORAU): Acondicionado em saco plástico transparente e atóxico, em pó, sem adição de sal, extraído da	1.950	Pacotes	R\$ 3,92	R\$ 7.644,00

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

	semente de urucum, 100% natural, sem sal, com cor e aroma , pacote de 100 gramas.				
12	CREME DE LEITE: Creme de leite uso culinário, UHT. Origem animal, embalado em tetrapack, não amassada, não estufada, deve ser resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, informação nutricional, lata 200 gramas	1.170	Latas	R\$ 4,27	R\$ 4.995,90
13	EXTRATO DE TOMATE: Produto industrializado, preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sementes. É tolerado adição de 1% de açúcar e 5% de cloreto de sódio. Embalagem 340g.	2.600	Pacotes	R\$ 5,35	R\$ 13.910,00
14	FÉCULA DE MANDIOCA: Fécula de mandioca doce. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote qualidade do produto. Contendo 500 gramas	1.300	Pacotes	R\$ 9,11	R\$ 11.843,00
15	FEIJÃO FRADINHO TIPO 1: Embalado em sacos plásticos, transparentes, isento de sujidades, resistentes, acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais. Pacote 1 kg.	1.950	Quilogramas	R\$ 7,60	R\$ 14.820,00
16	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1: Embalado em sacos plásticos, transparentes, isento de sujidades, resistentes, acondicionados em fardos lacrados embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência. Embalagem Pacote 1 kg.	1.950	Quilogramas	R\$ 9,89	R\$ 19.285,50
17	LEITE DE VACA INTEGRAL, EM PÓ: Embalagem aluminizada, com valor energético médio de 100 a 140kcal e valor proteico de 6 a 8g por porção de 26g. Dados de identificação, marca do	5.000	Pacotes	R\$ 7,97	R\$ 39.850,00

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

	fabricante, prazo de validade, peso líquido. Embalagem em pacote de 200 gramas.				
18	MACARRÃO DE TRIGO COM OVOS, TIPO ESPAGUETE: Fabricado a partir de matérias-primas selecionadas sãs. Cor ligeiramente amarelada. À base de farinha de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, . Embalagem de 500 gramas com o peso líquido de 10kg.	1.560	Pacotes	R\$ 5,13	R\$ 8.002,80
19	MACARRÃO DE TRIGO COM OVOS, TIPO PARAFUSOS: Fabricado a partir de matérias-primas selecionadas sãs, limpas e de boa qualidade. Cor ligeiramente amarelada. À base de farinha de trigo. Contendo 500 gramas peso líquido de 10kg.	1.300	Pacotes	R\$ 5,33	R\$ 6.929,00
20	MACARRÃO DE TRIGO COM OVOS, TIPO LASANHA: Fabricado a partir de matérias-primas selecionadas sãs, limpas e de boa qualidade. Cor ligeiramente amarelada. Contendo 500 grama peso líquido de 10kg.	520	Pacotes	R\$ 9,53	R\$ 4.955,60
21	MILHO PARA CANJICA BRANCA/MUNGUZÁ: Tipo 1, contendo 80% de grãos inteiros, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso.	650	Pacotes	R\$ 5,36	R\$ 3.484,00
22	ÓLEO DE SOJA: Vegetal, envasado em garrafa plástica resistente transparente, contendo 900 ml, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso,.	650	Litros	R\$ 7,37	R\$ 4.790,50
23	ORÉGANO: Nacional de primeira qualidade. Em folhas secas; obtido de espécimes vegetais genuínos; grãos sãos e limpos, atóxico, resistente e hermeticamente vedado. Contendo 50 gramas	936	Pacotes	R\$ 4,32	R\$ 4.043,52

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

24	SAL REFINADO / IODADO: Cloreto de sódio, sais de iodo, livre de qualquer sujidade, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido, pacote de 1 kg.	290	Quilogramas	R\$ 2,40	R\$ 696,00
25	TEMPERO SECO: Condimento, apresentação industrial, matéria-prima pimenta do reino, aspecto físico em pó, unidade 97 grama pacote 1kg.	1.300	Pacotes	R\$ 11,42	R\$ 14.846,00
26	VINAGRE: Embalagem íntegra 500 ml, plástica com rotulagem conforme as exigências da ANVISA.	650	Unidades	R\$ 3,20	R\$ 2.080,00
27	ADOÇANTE DIETÉTICO LIQUIDO edulcorantes, Sucralose e acesulfame de potássio, conservador benzoato de sódio, acidulante ácido cítrico e espessante carboximetilcelulose sódica. VIDRO 100ML, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes,	1.560	Frascos	R\$ 6,31	R\$ 9.843,60
28	ARROZ INTEGRAL TIPO 1: Classe: longo, fino, tipo I, grãos inteiros. O produto não deve apresentar mofo e/ou substâncias nocivas. Embalagem: deve estar intacta, em polietileno, transparente, atóxico, pacote de 1 kg, fardo com 30kg.	520	Quilogramas	R\$ 8,50	R\$ 4.420,00
29	AVEIA EM FLOCOS: Dados de identificação, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, registro no Ministério da Saúde. Embalagem 200 gramas.	780	Caixas	R\$ 9,30	R\$ 7.254,00
30	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER, INTEGRAL: Salgado, de textura crocante, embalagem plástica com dupla proteção, com 400g, características adicionais sem recheio, aplicação alimentação humana, 1ª qualidade, embalagem, data de fabricação, prazo de validade	650	Pacotes	R\$ 6,95	R\$ 4.517,50
31	LEITE EM PÓ DESNATADO: Dados de identificação, marca do fabricante, prazo de	1.040	Pacotes	R\$ 10,98	R\$ 11.419,20

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

	validade, peso líquido, registro no Ministério da Saúde e/ou ministério da Agricultura. Embalagem de 200 gramas.				
32	LEITE SEM LACTOSE: Dados de identificação, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, registro no Ministério da Saúde e/ou ministério da Agricultura. Embalagem de 200 gramas.	520	Pacotes	R\$ 17,98	R\$ 9.349,60
33	LOURO: Produto de primeira qualidade deverá apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante, sem traços brancos ou mofo. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto, contendo 100 gramas.	1.560	Pacotes	R\$ 6,26	R\$ 9.765,60
34	MACARRÃO INTEGRAL, TIPO ESPAGUETE: Fabricado a partir de matérias-primas selecionadas sãs, limpas e de boa qualidade. Sabor e odor característico. À base de farinha de trigo. Embalagem de 500 gramas com capacidade totalizando peso líquido de 10kg.	455	Pacotes	R\$ 6,04	R\$ 2.748,20
35	MACARRÃO INTEGRAL, TIPO PARAFUSOS: Fabricado a partir de matérias-primas selecionadas sãs, limpas e de boa qualidade. Sabor e odor característico. À base de farinha de trigo. Contendo 500 gramas com capacidade totalizando peso líquido de 10kg.	455	Pacotes	R\$ 7,00	R\$ 3.185,00
36	CARNE MOÍDA: Carne bovina, moída, congelada ou saco plástico transparente, máximo permitido de água 3%, instrução, Selo de Inspeção Federal (SIF), Selo de Inspeção Estadual, (SIE) ou selo de Inspeção Municipal (SIM), embalagem plástica 500gramas.	1.300	Quilogramas	R\$ 16,20	R\$ 21.060,00
37	CARNE BOVINA, TIPO ACEM: Carne bovina, de 1ª qualidade, patinho, congelada ou resfriada, magra, sem pele, sem	1.300	Quilogramas	R\$ 34,25	R\$ 44.525,00

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

	gordura, Selo de Inspeção Federal (SIF), Selo de Inspeção Estadual, (SIE) ou selo de Inspeção Municipal (SIM),, unidade de 1 kg.				
38	FÍGADO DE BOI: De 1ª qualidade, fígado, congelada ou resfriada, magra, sem pele, sem gordura, sem pontas e abas, Selo de Inspeção Federal (SIF), Selo de Inspeção Estadual, (SIE) ou selo de Inspeção Municipal (SIM), unidade de 1 kg.	455	Quilogramas	R\$ 21,90	R\$ 9.964,50
39	FRANGO COXA E SOBRECOXA:	520	Quilogramas	R\$ 15,50	R\$ 8.060,00
40	FRANGO PEITO COM PELE:	455	Quilogramas	R\$ 21,34	R\$ 9.709,70
41	FRANGO INTEIRO, COM PELE:	390	Quilogramas	R\$ 19,67	R\$ 7.671,30
42	FILE DE PEIXE:	1.000	Quilogramas	R\$ 39,22	R\$ 39.220,00
43	OVO:	2.600	Dúzias	R\$ 11,95	R\$ 31.070,00
44	ABÓBORA:	520	Quilogramas	R\$ 6,75	R\$ 3.510,00
45	ABACAXI:	3.000	Quilogramas	R\$ 7,56	R\$ 22.680,00
46	ALHO:	200	Quilogramas	R\$ 36,20	R\$ 7.240,00
47	ALFACE:	2.500	Maços	R\$ 6,51	R\$ 16.275,00
48	BANANA PRATA OU PACOVAN:	2.500	Dúzias	R\$ 12,90	R\$ 32.250,00
49	BATATA INGLESA:	900	Quilogramas	R\$ 10,16	R\$ 9.144,00
50	BATATA DOCE:	650	Quilogramas	R\$ 5,65	R\$ 3.672,50
51	CEBOLA BRANCA:	780	Quilogramas	R\$ 8,01	R\$ 6.247,80
52	CEBOLINHA EM FOLHA:	3.500	Maços	R\$ 4,58	R\$ 16.030,00
53	CHEIRO VERDE:	3.500	Maços	R\$ 4,94	R\$ 17.290,00
54	CENOURA:	700	Quilogramas	R\$ 9,27	R\$ 6.489,00
55	COUVE EM FOLHA:	3.000	Maços	R\$ 7,25	R\$ 21.750,00
56	IOGURTE NATURAL:	1.500	Unidades	R\$ 8,90	R\$ 13.350,00
57	LARANJA PERA:	2.500	Quilogramas	R\$ 6,64	R\$ 16.600,00
58	LEITE UHT LÍQUIDO:	1.170	Litros	R\$ 7,91	R\$ 9.254,70
59	LIMÃO:	300	Quilogramas	R\$ 6,00	R\$ 1.800,00
60	MAÇA FUJI:	3.000	Quilogramas	R\$ 14,23	R\$ 42.690,00
61	MACAXEIRA:	450	Quilogramas	R\$ 5,53	R\$ 2.488,50
62	MANTEIGA COM SAL: 500g	204	Potes	R\$ 17,70	R\$ 3.610,80
63	MANTEIGA SEM SAL: 500g	192	Potes	R\$ 21,40	R\$ 4.108,80
64	MELÃO:	2.800	Quilogramas	R\$ 8,60	R\$ 24.080,00
65	MELANCIA:	3.000	Quilogramas	R\$ 4,64	R\$ 13.920,00
66	MAMÃO FORMOSA:	2.900	Quilogramas	R\$ 7,88	R\$ 22.852,00
67	MAMÃO PAPAIA:	2.600	Quilogramas	R\$ 7,40	R\$ 19.240,00
68	PEPINO:	800	Quilogramas	R\$ 7,18	R\$ 5.744,00
69	PIMENTINHA CHEIROSA:	100	Quilogramas	R\$ 22,34	R\$ 2.234,00
70	POLPA DE FRUTAS DIVERSO SABORES:	2.700	Quilogramas	R\$ 14,30	R\$ 38.610,00
71	REPOLHO BRANCO:	150	Quilogramas	R\$ 7,69	R\$ 1.153,50
72	TANGERINA/MEXERICA MURGOTE:	2.600	Quilogramas	R\$ 8,00	R\$ 20.800,00

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

73	TOMATE:	600	Quilogramas	R\$ 10,50	R\$ 6.300,00
74	VINAGREIRA:	1.200	Maços	R\$ 2,99	R\$ 3.588,00
75	PÃO FRANCES:	17.000	Unidades	R\$ 1,10	R\$ 18.700,00
76	PÃO HOT-DOG:	17.000	Unidades	R\$ 1,68	R\$ 28.560,00
Valor Total					R\$ 1.026.745,52

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos e procedimentos de contratações anuais, desafogando os setores de compras e licitações com a repetição da demanda apresentada, bem como evitando eventuais interrupções do fornecimento.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

3.2. Não haverá exigência da garantia da contratação conforme o artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, em razão do baixo risco da contratação.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do envio da nota de fornecimento/fiscal em e-mail cadastrado na proposta, em remessa única ou parcelada.

4.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.3. Os bens deverão ser entregues no endereço indicado pela Prefeitura **Municipal de Cândido Mendes – MA.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

4.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

5.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

5.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

5.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

5.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

5.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

5.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

5.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

Recebimento

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- 6.9.1. o prazo de validade;
- 6.9.2. a data da emissão;
- 6.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.9.5. o valor a pagar; e
- 6.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 6.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 6.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 6.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 6.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 6.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

6.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

6.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

6.23.1. As cessões de crédito não fiduciárias serão vedadas.

6.24. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

6.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

6.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de **julgamento menor preço/Item**.

Forma de fornecimento

7.2. O fornecimento do objeto será de forma única ou parcelada.

Exigências de habilitação

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

7.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual e Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresse o prazo de validade;

7.24. Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas, termo de abertura e encerramento acompanhado com livro já exigíveis e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

7.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

7.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

7.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

7.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

7.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.29. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

7.30. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi realizada a entrega;

7.31. O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Conab possa valer-se para manter contato com a empresa declarante;

7.32. **A Prefeitura Municipal de Cândido Mendes - MA**, se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

7.33. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.34. A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

7.35. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

7.36. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor;

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- 7.37. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio;
- 7.38. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 7.39. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- 7.40. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado;
- 7.41. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos;
- 7.42. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 7.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 7.43.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 7.43.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 7.43.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 7.43.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 7.43.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 7.43.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 7.43.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.026.745,52 (um milhão vinte e seis mil setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos.)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

8.1. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

8.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.1.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

8.1.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Cândido Mendes - MA.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO : GABINETE DO PREFEITO
UNID. ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO PREFEITO
04 122 0052 ADM GERAL
04.122.0052.2004.0000 MAN E FUNC DO GABINETE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.500.0.100-000

ÓRGÃO : SEC MUN DE ADM. IND E COMERCIO
UNID. ORÇAMENTÁRIA: SEC MUN DE ADM. IND E COMERCIO
04 122 0052 ADM GERAL
04.122.0052.2006.0000 MAN E FUNC DA SEC DE ADM IND E COMERCIO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.500.0.100-000/1.704.0.100-000/1.753.100-000

ÓRGÃO : SEC MUN DE EDUCAÇÃO
UNID. ORÇAMENTÁRIA: SEC MUN DE EDUCAÇÃO
12.361.0022.2017.0000 MAN E FUNC DA SEC DE EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.500.1001.200-000

ÓRGÃO: SEC DE SAÚDE
UND ORÇAMENTÁRTIA: SEC DE SAÚDE
10 301 0075 2101 0000 MANUTENÇÃO E FUNC DA SECRETARIA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.500.1002.-300.000

ÓRGÃO: SEC MUN DE AGRIC. ABASTECIMNENTO E PESCA
UND ORÇAMENTÁRTIA: SEC MUN DE AGRIC. ABASTECIMNENTO E PESCA
20.122.0052.2029.0000 MANUTENÇÃO E FUNC DA SECRETARIA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.500.0.100-000

ÓRGÃO : SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNID. ORÇAMENTÁRIA: SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.122.0024.2041 .0000 MAN E FUNC DA SECRETARIA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.500.0.400-000

ÓRGÃO : SEC MUN DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
UNID. ORÇAMENTÁRIA: SEC MN DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
15 122 0052 2001 0000 MAN. E FUNC DA SECRETARIA DE INF.
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.500.0.100-000

ÓRGÃO : SEC CULTURA
UNID. ORÇAMENTÁRIA: SEC DE CULTURA
13 122 0052 2001 0000 MAN. E FUNC DA SECRETARIA DE CULTURA.
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.500.0.100-000

ÓRGÃO : SEC MUN DE ESPORTES
UNID. ORÇAMENTÁRIA: SEC MUN DE ESPORTES
27 122 0052 2001 0000 MAN. E FUNC DA SECRETARIA DE ESPORTES.
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.500.0.100-000

ÓRGÃO : SEC MEIO AMBIENTE E TURISMO
UNID. ORÇAMENTÁRIA: SEC MEIO AMBIENTE E TURISMO
18 541 0015 2973 0000 MAN. E FUNC DA SECRETARIA DE MEIO AMB E TURISMO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.500.0.100-000

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UND ORÇAMENTÁRTIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 301 0075 2920 0000 GESTÃO DO SUS
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.600.0.300-001/ 1.500.1002.300-000/1.659.0.300.001

10 302 0075 2102 0000 MANUTENÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.600.0.300-001/ 1.500.1002.300-000/1.659.0.300.001/1.602.0.300.003

ÓRGÃO : FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL
UNID. ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL
08 122 0024 2941 0000 MANUTENÇÃO E FUNC DO FMAS
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.660.0.400-001

08.243.0078.2943. 0000 PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.660.0.400-001

08.244.0078.2963. 0000 MANUTENÇÃO - SCFV

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.660.0.400-001

08.244.0081.2940. 0000 GESTÃO DO IGD AUXÍLIO BRASIL
3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.660.0.400-001

08.244.0083.2971 0000 MANUTENÇÃO PISO BÁSICO FIXO - CRAS
3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
FR. 1.660.0.400-001

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cândido Mendes - MA, 19 de junho de 2024.

Leilane dos Santos Pinheiro
Equipe de Planejamento das Contratações

Silvia de Kássia Teixeira Rocha Nascimento
Equipe de Planejamento das Contratações

Diante dessas informações, **aprovo o termo de referência**, conforme os autos do processo administrativo até aqui produzido, referente ao **Registro de preços para eventual e futura aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis visando atender as necessidades do município de Cândido Mendes- MA**, na modalidade PREGÃO em ambiente ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO, por ITEM, pelas razões até aqui expostas.

Edmilson Cunha Filho
Secretário Municipal de Administração Indústria e Comércio

APÊNDICE DO ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Informações Básicas

Processo: nº 030/2024

1- OBJETO:

Registro de preços para eventual e futura aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis visando atender as necessidades do município de Candido Mendes- MA.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1. O município de Cândido Mendes, no estado do Maranhão, necessita de uma gestão eficaz de recursos para garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais. Entre esses serviços, o fornecimento de alimentos às diversas unidades municipais, como SECRETARIAS, hospitais, centros de assistência social, é fundamental para o bom funcionamento e atendimento à população. A aquisição parcelada de gêneros alimentícios, tanto perecíveis quanto não perecíveis, torna-se uma necessidade premente para assegurar a regularidade do abastecimento, a qualidade dos alimentos e a otimização dos recursos públicos.

2. Justificativa da Necessidade

A contratação é necessária para atender a uma série de demandas essenciais e inadiáveis que impactam diretamente a qualidade de vida da população e a eficiência dos serviços públicos municipais. Abaixo, detalhamos os principais motivos que justificam a necessidade da contratação:

2.1. Abastecimento Regular e Contínuo

A necessidade de abastecimento contínuo e regular de alimentos é crucial para que as unidades municipais possam cumprir suas funções sem interrupções. A falta de alimentos pode comprometer a operação de escolas, hospitais e programas sociais, impactando negativamente a saúde e o bem-estar da população.

2.2. Redução de Desperdícios

A compra parcelada permite a aquisição de alimentos em quantidades que correspondem à real demanda das unidades, minimizando o desperdício de produtos, especialmente os perecíveis, que possuem prazo de validade reduzido.

2.3. Garantia de Frescor e Qualidade

Adquirir alimentos de forma parcelada garante que os produtos, especialmente os perecíveis, sejam frescos e de alta qualidade, o que é essencial para a segurança alimentar e a saúde da população.

2.4. Eficiência na Gestão de Recursos Públicos

A aquisição parcelada possibilita um melhor planejamento financeiro e orçamentário, evitando grandes desembolsos de uma única vez e permitindo uma distribuição mais equilibrada dos custos ao longo do tempo.

2.5. Flexibilidade e Adaptação às Necessidades

A compra parcelada proporciona a flexibilidade necessária para ajustar as quantidades e tipos de alimentos conforme as necessidades reais das unidades municipais e as variações de demanda ao longo do tempo.

3. Impacto da Não Contratação

A ausência de contratação para o fornecimento de gêneros alimentícios acarretará sérias consequências para o município:

Desabastecimento das Unidades: Falta de alimentos para secretarias, hospitais e centros de assistência social, comprometendo suas atividades e o atendimento à população.

Comprometimento da Qualidade do Serviço: A falta de alimentos frescos e de qualidade pode impactar negativamente a saúde dos cidadãos, principalmente das crianças em idade escolar e dos pacientes hospitalizados.

Risco de Multas e Penalidades: A não observância das normas de abastecimento alimentar pode acarretar penalidades e multas, além de danos à imagem do município.

Aumento dos Custos: Compras emergenciais tendem a ser mais onerosas e menos eficientes, aumentando o custo para o município e reduzindo a eficiência na gestão dos recursos públicos.

4. Especificação das Necessidades

Baseado no levantamento das necessidades das unidades municipais, a contratação visa atender às seguintes demandas específicas:

4.1. Gêneros Alimentícios Perecíveis

Essenciais para garantir a nutrição adequada e o frescor dos alimentos nas refeições servidas em escolas, hospitais e programas sociais. Incluem carnes, laticínios, frutas, legumes e ovos.

4.2. Gêneros Alimentícios Não Perecíveis

Necessários para o abastecimento contínuo e seguro, permitindo a preparação de refeições variadas e equilibradas. Incluem arroz, feijão, óleo, açúcar, farinha, entre outros.

5. Critérios e Diretrizes para a Contratação

5.1. Conformidade com Normas Legais

Os processos de aquisição seguirão os procedimentos estabelecidos pela Lei 14.133/2021, garantindo transparência, competitividade e eficiência.

5.2. Seleção de Fornecedores Qualificados

A seleção de fornecedores será baseada em critérios rigorosos de qualidade, capacidade de entrega, conformidade com normas sanitárias e histórico de desempenho.

5.3. Contratos com Cláusulas de Qualidade e Regularidade

Os contratos incluirão cláusulas específicas para assegurar a regularidade do fornecimento e a qualidade dos produtos, minimizando riscos de desabastecimento e garantido a satisfação das necessidades das unidades municipais.

Essas medidas buscam assegurar o atendimento contínuo e eficiente às necessidades da população, otimizar a gestão dos recursos públicos e promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos.

3- ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Administração	Edmilson Cunha Filho

3.1- Órgão Participantes:

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Assistência Social

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Para garantir a eficácia e a eficiência da contratação destinada à aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o município de Cândido Mendes, no Maranhão, é essencial definir um conjunto claro de requisitos que assegurem a qualidade dos produtos, a conformidade com as normas legais e a adequação às necessidades específicas das unidades municipais. Estes requisitos servirão como base para a elaboração do edital e para a seleção dos fornecedores.

1. Requisitos Específicos para Gêneros Alimentícios

1.1. Qualidade dos Produtos

- **Certificações de Qualidade:** Os fornecedores devem apresentar certificações de qualidade dos produtos alimentícios emitidas por órgãos competentes, como a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) ou similares.
- **Origem e Procedência:** Todos os produtos devem ter origem e procedência documentada, preferencialmente de produtores locais ou regionais, garantindo a rastreabilidade.
- **Validade e Condições de Armazenamento:** Os produtos devem ser entregues com prazo de validade adequado e em condições de armazenamento que mantenham a integridade e a qualidade dos alimentos.

1.2. Conformidade com Normas Legais e Sanitárias

- **Cumprimento de Normas Sanitárias:** Todos os produtos devem atender às normas sanitárias estabelecidas pela Anvisa e outros órgãos reguladores.
- **Boas Práticas de Manipulação:** Os fornecedores devem seguir boas práticas de manipulação e armazenamento de alimentos, conforme as normas estabelecidas.
- **Documentação Regular:** Fornecedores devem apresentar toda a documentação exigida, como licenças sanitárias e alvarás de funcionamento.

1.3. Diversidade e Adequação dos Produtos

- **Variedade de Produtos:** A lista de alimentos deve incluir uma variedade que atenda às necessidades nutricionais das diferentes unidades municipais, considerando especificidades como dietas especiais em hospitais.
- **Produtos Adaptados às Necessidades Locais:** Os produtos devem ser adequados ao consumo local, respeitando hábitos alimentares e necessidades específicas da população.

2. Requisitos para Fornecedores

2.1. Capacidade de Fornecimento

- **Capacidade de Entrega Regular e Pontual:** Fornecedores devem demonstrar capacidade de realizar entregas regulares e pontuais conforme cronograma estabelecido pelo município.
- **Infraestrutura de Logística:** Os fornecedores devem possuir infraestrutura adequada para transporte e armazenamento dos alimentos, garantindo a integridade dos produtos durante

o transporte.

2.2. Competência Técnica e Experiência

- **Experiência Comprovada:** Fornecedores devem comprovar experiência anterior em fornecimento de gêneros alimentícios para órgãos públicos ou instituições de grande porte.
- **Equipe Técnica Qualificada:** Deve-se exigir que o fornecedor possua equipe técnica qualificada para a manipulação, armazenamento e transporte dos alimentos.

2.3. Compliance e Conformidade Legal

- **Conformidade Legal:** Fornecedores devem estar em conformidade com todas as obrigações legais, fiscais e trabalhistas.
- **Histórico de Desempenho:** Avaliação do histórico de desempenho dos fornecedores em contratos anteriores, verificando aspectos como qualidade dos produtos e cumprimento de prazos.

3. Requisitos para o Processo de Aquisição

3.1. Modalidade de Licitação

- **Pregão Eletrônico:** Preferência pela modalidade de pregão eletrônico para assegurar maior transparência, competitividade e agilidade no processo de contratação.
- **Crítérios de Julgamento:** Utilização de critérios de julgamento que considerem não apenas o menor preço, mas também a qualidade dos produtos e a capacidade de atendimento do fornecedor.

3.2. Transparência e Competitividade

- **Transparência no Processo:** Todos os procedimentos de aquisição devem ser conduzidos com total transparência, garantindo que os critérios de seleção sejam claros e acessíveis.
- **Igualdade de Condições:** Assegurar que todos os potenciais fornecedores tenham igualdade de condições para participar do processo licitatório.

3.3. Garantias e Penalidades

- **Garantia de Qualidade e Entrega:** Exigir garantias de qualidade dos produtos e cumprimento dos prazos de entrega, com cláusulas contratuais que prevejam penalidades em caso de descumprimento.
- **Multas e Rescisão:** Estabelecimento de multas e possibilidade de rescisão contratual em caso de falhas graves ou recorrentes por parte do fornecedor.

4. Requisitos Contratuais

4.1. Cláusulas Contratuais Específicas

- **Periodicidade das Entregas:** Definição clara da periodicidade das entregas e das quantidades de alimentos a serem fornecidas em cada entrega.
- **Condições de Pagamento:** Estabelecimento de condições de pagamento justas e que incentivem o cumprimento das obrigações contratuais.
- **Revisão de Preços:** Previsão de cláusulas para revisão de preços em caso de variações significativas de mercado, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.2. Fiscalização e Monitoramento

- **Sistema de Monitoramento:** Implementação de um sistema de monitoramento e fiscalização contínua para garantir que as entregas estejam de acordo com as especificações contratuais.
- **Auditorias Regulares:** Realização de auditorias regulares para verificar a conformidade dos fornecedores com os requisitos contratuais e legais.

4.3. Condições de Rescisão

- **Crítérios de Rescisão:** Definição de critérios claros para rescisão contratual, incluindo

descumprimento de prazos, qualidade inferior dos produtos, ou não conformidade com as normas sanitárias e legais.

O cumprimento rigoroso destes requisitos é essencial para garantir o abastecimento contínuo e de qualidade, promovendo o bem-estar da população e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

5- LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado é uma etapa crucial para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios, pois fornece uma visão abrangente das condições atuais do mercado, dos potenciais fornecedores e das variáveis que podem influenciar o processo de compra. Este levantamento visa garantir a seleção de fornecedores que possam atender às necessidades do município de Cândido Mendes – MA, com eficiência, qualidade e custo-benefício.

Objetivos do Levantamento de Mercado

1. **Identificar Potenciais Fornecedores:** Mapear fornecedores qualificados para atender às demandas de gêneros alimentícios.
2. **Avaliar a Capacidade de Fornecimento:** Verificar a capacidade logística e operacional dos fornecedores.
3. **Obter Informações sobre Preços e Condições Comerciais:** Levantar dados sobre preços praticados, condições de pagamento e prazos de entrega.
4. **Entender a Dinâmica do Mercado:** Analisar fatores que possam impactar a oferta e os preços dos produtos.
5. **Garantir Conformidade com Normas Legais e Sanitárias:** Certificar-se de que os fornecedores atendem às exigências legais e sanitárias vigentes.

Metodologia

O levantamento de mercado será realizado através de:

- **Pesquisas Online:** Coleta de informações em websites, Banco de Preços, portais de transparência e bases de dados de preços.
- **Entrevistas e Questionários:** Contato direto com fornecedores para coleta de dados específicos.
- **Análise de Documentação:** Avaliação de documentos como licenças, certificados e registros de qualidade.
- **Visitas a Estabelecimentos:** Inspeções e verificações in loco em estabelecimentos de fornecedores locais.

6- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O objetivo da solução é garantir a aquisição eficiente e contínua de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o município de Cândido Mendes, atendendo às necessidades das unidades municipais de maneira eficaz, transparente e conforme a legislação vigente. A solução proposta abrange desde a identificação da necessidade até a contratação e gestão dos fornecedores, visando a otimização de recursos e a garantia da qualidade dos produtos.

2. Identificação da Necessidade

A necessidade de aquisição de gêneros alimentícios para o município de Cândido Mendes é justificada pela demanda constante de unidades como escolas, hospitais e programas sociais.

Essas unidades requerem um fornecimento regular de alimentos para garantir a qualidade do atendimento à população.

Principais Necessidades:

Abastecimento contínuo e seguro de alimentos para unidades públicas.

Manutenção da qualidade e frescor dos produtos.

Otimização dos recursos públicos com compras eficientes e bem planejadas.

3. Requisitos da Contratação

Para garantir uma contratação eficiente, foram definidos requisitos que abrangem a qualidade dos produtos, a capacidade dos fornecedores, a conformidade com normas legais e sanitárias, além de condições comerciais justas e competitivas.

Requisitos:

Qualidade e Segurança Alimentar: Certificação de produtos e boas práticas de manipulação e armazenamento.

Capacidade Logística: Infraestrutura adequada para transporte e armazenamento.

Conformidade Legal: Atendimento às normas sanitárias e fiscais vigentes.

Flexibilidade e Eficiência: Fornecimento parcelado conforme demanda específica das unidades.

4. Levantamento de Mercado

Será realizado um levantamento de mercado para identificar potenciais fornecedores e avaliar preços e condições comerciais. Isso inclui a análise de fatores econômicos e tendências de mercado que possam impactar a aquisição.

5. Proposta de Contratação

5.1. Modalidade de Licitação

A modalidade de licitação escolhida é o Pregão Eletrônico, que proporciona maior transparência e competitividade no processo de contratação. Essa modalidade é adequada para a aquisição de bens e serviços comuns e permite uma participação ampla de fornecedores.

5.2. Critérios de Seleção

Os critérios de seleção serão definidos com base na qualidade dos produtos, capacidade de atendimento e preço, garantindo que os fornecedores selecionados possam atender às necessidades do município de forma eficiente.

5.3. Estrutura do Contrato

O contrato será estruturado de maneira a garantir:

Periodicidade das Entregas: Estabelecendo um cronograma de entregas que atenda às demandas específicas das unidades.

Condições de Pagamento: Com termos claros que assegurem um fluxo financeiro saudável para o município e para os fornecedores.

Cláusulas de Qualidade: Incluindo garantias de qualidade dos produtos e conformidade com as normas sanitárias.

5.4. Garantias e Penalidades

O contrato incluirá garantias de cumprimento das obrigações por parte dos fornecedores e cláusulas de penalidades em caso de descumprimento, assegurando o interesse público e a qualidade do serviço.

6. Implementação da Solução

6.1. Planejamento e Execução

Fase de Planejamento: Estabelecimento de um cronograma detalhado para a implementação da aquisição, desde a publicação do edital até a finalização do processo licitatório.

Execução: Supervisão contínua para garantir que todas as etapas sejam cumpridas conforme planejado e dentro dos prazos estabelecidos.

6.2. Monitoramento e Avaliação

Sistema de Monitoramento: Implementação de um sistema para acompanhar a entrega dos produtos e a conformidade com os requisitos contratuais.

Auditorias Periódicas: Realização de auditorias para avaliar o desempenho dos fornecedores e a qualidade dos produtos entregues.

6.3. Ajustes e Melhorias Contínuas

Feedback das Unidades: Coleta de feedback das unidades municipais sobre a qualidade dos produtos e a eficiência das entregas.

Ajustes nos Contratos: Realização de ajustes nos contratos conforme necessário para melhorar a eficiência do fornecimento.

A solução completa para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis no município de Cândido Mendes – MA, visa garantir um fornecimento contínuo e eficiente, otimizando os recursos públicos e assegurando a qualidade dos produtos entregues às unidades municipais. Através de um processo de licitação transparente e competitivo, e com a implementação de mecanismos rigorosos de monitoramento e avaliação, o município poderá atender de forma adequada às necessidades alimentares da sua população.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Para esta contratação as quantidades foram estimadas com base nos históricos de fornecimentos e consumos nos anos de 2021, 2022, 2023 e na possibilidade de aquisição imediata ou parcelada.

7.2. Para subsidiar os argumentos e fatos citados apresenta-se o MEMÓRIAS DE CÁLCULO, conforme tabela abaixo, que justificam ainda mais as quantidades designadas para cada item da solução pretendida;

Item	Descrição dos Itens	Quantidade	Unidade
1	ACHOCOLATADO EM PÓ:Mistura de 50% cacau em pó solúvel de cacau, açúcar, extrato de malte ou maltodextrina, sal, com, no mínimo 7 (sete) vitaminas, ferro. Isento de soja e farinhas em sua formulação, nutricionais e prazo de validade. Pacote 400 gramas	1.296	Pacotes
2	ACHOCOLATADO EM PÓ DIET:Mistura de 50% cacau em pó solúvel de cacau, açúcar, extrato de malte ou maltodextrina, sal, com, no	384	Pacotes

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

	mínimo 7 (sete) vitaminas, ferro. Isento de soja e farinhas em sua formulação. , informação. nutricionais e validade. Pacote 400 g		
3	AÇUCAR CRISTAL: Aspecto sólido com cristais bem definidos, composto por sacarose de cana-de-açúcar, cor branca,, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, pacote 1 kg, fardo com 30kg.	4.500	Quilogramas
4	ARROZ BRANCO TIPO 1: Classe: branco, longo, fino, tipo I, grãos inteiros . Embalagem: deve estar intacta, em polietileno, transparente, atóxico, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, pacote de 1 kg, fardo com 30kg.	5.500	Quilogramas
5	AZEITE: Extra virgem, produto de primeira qualidade, com acidez máxima de 0,8%%, derivado da prensagem de azeitonas,nao deverá apresenta substância contaminante. Embalagem atóxica, intacta, informações nutricionais e prazo de validade, litro de 500 ml.	260	Unidades
6	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER: Salgado, de textura crocante, com 400g, características adicionais sem recheio, aplicação alimentação humana, 1ª qualidade, embalagem: saco plástico atóxico, data de fabricação, prazo de validade,	3.000	Pacotes
7	BISCOITO TIPO MAISENA: De sabor, cor e odor característicos, textura crocante, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente de dupla face, contendo 400g, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 (seis) meses	3.000	Pacotes
8	CAFÉ EM PÓ: Tipo 1, tradicional, torrado e moído, acondicionado em embalagem de polietileno resistente, atóxica, tipo almofada, contendo 250 gramas, data de fabricação e validade. Validade mínima de 04 (quatro) meses	1.160	Pacotes
9	CANELA EM PÓ: Produto de primeira qualidade, pó fino, deverá apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante, sem traços brancos ou mofo, contendo informações sobre o produto e prazo de validade, pacote de 50 gramas.	1.170	Pacotes
10	CEREAIS DE FLOCOS DE MILHO SEM SAL: Flocos grandes, amarelos, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados, resistentes, informações nutricionais. Embalagem de 500g.	1.300	Pacotes
11	CONDIMENTO COLORÍFICO EM PÓ (COLORAU): Acondicionado em saco plástico transparente e atóxico, em pó, sem adição de sal, extraído da semente de urucum, 100% natural, sem sal, com cor e aroma , pacote de 100 gramas.	1.950	Pacotes
12	CREME DE LEITE:Creme de leite uso culinário, UHT. Origem animal, embalado em tetrapack, não amassada, não estufada, deve ser resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, informação nutricional, lata 200 gramas	1.170	Latas
13	EXTRATO DE TOMATE: Produto industrializado, preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sementes. É tolerado adição de 1% de açúcar e 5% de cloreto de sódio. Embalagem 340g.	2.600	Pacotes
14	FÉCULA DE MANDIOCA:Fécula de mandioca doce. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote qualidade do produto. Contendo 500 gramas	1.300	Pacotes
15	FEIJÃO FRADINHO TIPO 1: Embalado em sacos plásticos, transparentes, isento de sujidades, resistentes, acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais. Pacote 1 kg.	1.950	Quilogramas
16	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1: Embalado em sacos plásticos, transparentes, isento de sujidades, resistentes, acondicionados em fardos lacrados embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência. Embalagem Pacote 1 kg.	1.950	Quilogramas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

17	LEITE DE VACA INTEGRAL, EM PÓ: Embalagem aluminizada, com valor energético médio de 100 a 140kcal e valor proteico de 6 a 8g por porção de 26g. Dados de identificação, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Embalagem em pacote de 200 gramas.	5.000	Pacotes
18	MACARRÃO DE TRIGO COM OVOS, TIPO ESPAGUETE: Fabricado a partir de matérias-primas selecionadas sãs. Cor ligeiramente amarelada. À base de farinha de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, . Embalagem de 500 gramas com o peso líquido de 10kg.	1.560	Pacotes
19	MACARRÃO DE TRIGO COM OVOS, TIPO PARAFUSOS: Fabricado a partir de matérias-primas selecionadas sãs, limpas e de boa qualidade. Cor ligeiramente amarelada. À base de farinha de trigo. Contendo 500 gramas peso líquido de 10kg.	1.300	Pacotes
20	MACARRÃO DE TRIGO COM OVOS, TIPO LASANHA: Fabricado a partir de matérias-primas selecionadas sãs, limpas e de boa qualidade. Cor ligeiramente amarelada. Contendo 500 grama peso líquido de 10kg.	520	Pacotes
21	MILHO PARA CANJICA BRANCA/MUNGUZÁ: Tipo 1, contendo 80% de grãos inteiros, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso.	650	Pacotes
22	ÓLEO DE SOJA: Vegetal, envasado em garrafa plástica resistente transparente, contendo 900 ml, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso,.	650	Litros
23	ORÉGANO: Nacional de primeira qualidade. Em folhas secas; obtido de espécimes vegetais genuínos; grãos sãos e limpos, atóxico, resistente e hermeticamente vedado. Contendo 50 gramas	936	Pacotes
24	SAL REFINADO / IODADO: Cloreto de sódio, sais de iodo, livre de qualquer sujidade, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido, pacote de 1 kg.	290	Quilogramas
25	TEMPERO SECO: Condimento, apresentação industrial, matéria-prima pimenta do reino, aspecto físico em pó, unidade 97 grama pacote 1kg.	1.300	Pacotes
26	VINAGRE: Embalagem íntegra 500 ml, plástica com rotulagem conforme as exigências da ANVISA.	650	Unidades
27	ADOÇANTE DIETÉTICO LIQUIDO edulcorantes, Sucralose e acesulfame de potássio, conservador benzoato de sódio, acidulante ácido cítrico e espessante carboximetilcelulose sódica. VIDRO 100ML, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes,	1.560	Frascos
28	ARROZ INTEGRAL TIPO 1: Classe: longo, fino, tipo I, grãos inteiros. O produto não deve apresentar mofo e/ou substâncias nocivas. Embalagem: deve estar intacta, em polietileno, transparente, atóxico, pacote de 1 kg, fardo com 30kg.	520	Quilogramas
29	AVEIA EM FLOCOS: Dados de identificação, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, registro no Ministério da Saúde. Embalagem 200 gramas.	780	Caixas
30	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER, INTEGRAL: Salgado, de textura crocante, embalagem plástica com dupla proteção, com 400g, características adicionais sem recheio, aplicação alimentação humana, 1ª qualidade, embalagem, data de fabricação, prazo de validade	650	Pacotes
31	LEITE EM PÓ DESNATADO: Dados de identificação, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, registro no Ministério da Saúde e/ou ministério da Agricultura. Embalagem de 200 gramas.	1.040	Pacotes
32	LEITE SEM LACTOSE: Dados de identificação, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, registro no Ministério da Saúde e/ou ministério da Agricultura. Embalagem de 200 gramas.	520	Pacotes
33	LOURO: Produto de primeira qualidade deverá apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante, sem traços brancos ou mofo. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto, contendo 100 gramas.	1.560	Pacotes

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

34	MACARRÃO INTEGRAL, TIPO ESPAGUETE: Fabricado a partir de matérias-primas selecionadas sãs, limpas e de boa qualidade. Sabor e odor característico. À base de farinha de trigo. Embalagem de 500 gramas com capacidade totalizando peso líquido de 10kg.	455	Pacotes
35	MACARRÃO INTEGRAL, TIPO PARAFUSOS: Fabricado a partir de matérias-primas selecionadas sãs, limpas e de boa qualidade. Sabor e odor característico. À base de farinha de trigo. Contendo 500 gramas com capacidade totalizando peso líquido de 10kg.	455	Pacotes
36	CARNE MOÍDA: Carne bovina, moída, congelada ou saco plástico transparente, máximo permitido de água 3%, instrução, Selo de Inspeção Federal (SIF), Selo de Inspeção Estadual, (SIE) ou selo de Inspeção Municipal (SIM), embalagem plástica 500gramas.	1.300	Quilogramas
37	CARNE BOVINA, TIPO ACEM: Carne bovina, de 1ª qualidade, patinho, congelada ou resfriada, magra, sem pele, sem gordura, Selo de Inspeção Federal (SIF), Selo de Inspeção Estadual, (SIE) ou selo de Inspeção Municipal (SIM),,, unidade de 1 kg.	1.300	Quilogramas
38	FIGADO DE BOI: De 1ª qualidade, fígado, congelada ou resfriada, magra, sem pele, sem gordura, sem pontas e abas, Selo de Inspeção Federal (SIF), Selo de Inspeção Estadual, (SIE) ou selo de Inspeção Municipal (SIM), unidade de 1 kg.	455	Quilogramas
39	FRANGO COXA E SOBRECOXA:	520	Quilogramas
40	FRANGO PEITO COM PELE:	455	Quilogramas
41	FRANGO INTEIRO, COM PELE:	390	Quilogramas
42	FILE DE PEIXE:	1.000	Quilogramas
43	OVO:	2.600	Dúzias
44	ABÓBORA:	520	Quilogramas
45	ABACAXI:	3.000	Quilogramas
46	ALHO:	200	Quilogramas
47	ALFACE:	2.500	Maços
48	BANANA PRATA OU PACOVAN:	2.500	Dúzias
49	BATATA INGLESA:	900	Quilogramas
50	BATATA DOCE:	650	Quilogramas
51	CEBOLA BRANCA:	780	Quilogramas
52	CEBOLINHA EM FOLHA:	3.500	Maços
53	CHEIRO VERDE:	3.500	Maços
54	CENOURA:	700	Quilogramas
55	COUVE EM FOLHA:	3.000	Maços
56	IOGURTE NATURAL:	1.500	Unidades
57	LARANJA PERA:	2.500	Quilogramas
58	LEITE UHT LÍQUIDO:	1.170	Litros
59	LIMÃO:	300	Quilogramas
60	MAÇA FUJI:	3.000	Quilogramas
61	MACAXEIRA:	450	Quilogramas
62	MANTEIGA COM SAL: 500g	204	Potes
63	MANTEIGA SEM SAL: 500g	192	Potes
64	MELÃO:	2.800	Quilogramas
65	MELANCIA:	3.000	Quilogramas
66	MAMÃO FORMOSA:	2.900	Quilogramas

67	MAMÃO PAPAIA:	2.600	Quilogramas
68	PEPINO:	800	Quilogramas
69	PIMENTINHA CHEIROSA:	100	Quilogramas
70	POLPA DE FRUTAS DIVERSO SABORES:	2.700	Quilogramas
71	REPOLHO BRANCO:	150	Quilogramas
72	TANGERINA/MEXERICA MURGOTE:	2.600	Quilogramas
73	TOMATE:	600	Quilogramas
74	VINAGREIRA:	1.200	Maços
75	PÃO FRANCES:	17.000	Unidades
76	PÃO HOT-DOG:	17.000	Unidades

8- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação é um componente crucial no planejamento de aquisições públicas, pois garante que o município tenha uma compreensão clara dos custos envolvidos, assegurando a alocação eficiente de recursos e a viabilidade econômica do processo de licitação. Esta estimativa é baseada em uma análise detalhada de preços de mercado, quantidades necessárias e condições comerciais favoráveis para o município de Cândido Mendes – MA.

A estimativa do valor da contratação para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis no município de Cândido Mendes – MA, foi calculada com base em uma análise detalhada de preços de mercado e necessidades das unidades municipais. O custo total anual estimado é de **R\$ 1.026.745,52 (um milhão vinte seis mil setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)**, considerando as condições de mercado atuais e a demanda projetada.

9- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

1. O parcelamento da aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis é uma estratégia frequentemente utilizada para otimizar a gestão de recursos públicos, garantir a qualidade dos produtos adquiridos e assegurar a continuidade no fornecimento. Abaixo, detalham-se as justificativas para optar pelo parcelamento da solução para o município de Cândido Mendes - MA.

2. Necessidade e Vantagens do Parcelamento

2.1. Garantia de Qualidade e Frescor

Perecibilidade dos Produtos: Produtos como frutas, verduras, carnes e laticínios têm uma vida útil curta. Parcelar as compras permite que esses itens sejam adquiridos e entregues em intervalos regulares, garantindo frescor e qualidade.

Redução de Perdas: Evita o armazenamento prolongado que pode levar ao vencimento dos produtos e, conseqüentemente, ao desperdício.

2.2. Otimização de Recursos e Eficiência na Gestão

Distribuição de Custos: O parcelamento facilita a gestão financeira, permitindo que os gastos sejam distribuídos ao longo do ano, alinhando-se com o fluxo de caixa do município.

Gestão de Estoque: Reduz a necessidade de grandes estoques, diminuindo custos com armazenamento e minimizando o risco de obsolescência dos produtos.

2.3. Flexibilidade e Adaptação às Demandas

Ajuste às Necessidades Variáveis: Permite que a quantidade de produtos adquiridos seja ajustada de acordo com a demanda real de cada período, evitando compras excessivas ou insuficientes.

Capacidade de Resposta a Mudanças: Facilita ajustes em caso de mudanças na demanda ou nas condições do mercado, como variações sazonais nos preços dos alimentos.

3. Considerações sobre a Não Parcelamento

3.1. Custos e Logística

Alto Custo Inicial: A aquisição em um único lote de todos os itens necessários resultaria em um desembolso inicial significativo, podendo comprometer o orçamento do município.

Complexidade Logística: A logística de armazenagem e distribuição de grandes volumes de alimentos em uma única vez se torna mais complexa e custosa.

3.2. Risco de Obsolescência e Perda de Qualidade

Risco de Vencimento: Produtos perecíveis adquiridos em grande quantidade de uma vez só correm o risco de vencer antes de serem utilizados.

Problemas de Armazenagem: A capacidade de armazenamento do município pode não ser suficiente para abrigar grandes quantidades de alimentos sem comprometer a qualidade.

4. Aspectos Legais e Regulatórios

4.1. Conformidade com a Lei 14.133/2021

Eficiência na Gestão Pública: A Lei 14.133/2021 incentiva a administração pública a adotar práticas que garantam a eficiência na gestão dos recursos públicos. O parcelamento está alinhado com essa diretriz, pois permite uma melhor gestão dos recursos e da qualidade dos produtos.

Competitividade e Transparência: O parcelamento permite a realização de processos licitatórios mais frequentes e específicos, aumentando a competitividade e a transparência no processo de compras públicas.

4.2. Regulamentações Sanitárias

Normas de Segurança Alimentar: Parcelar as compras facilita o cumprimento de normas sanitárias, garantindo que os produtos adquiridos estejam dentro dos padrões de qualidade e segurança exigidos pela legislação.

5. Impacto no Planejamento e Execução

5.1. Planejamento das Compras

Calendário de Compras: O parcelamento permite a elaboração de um calendário de compras que atenda às necessidades específicas de cada período, facilitando o planejamento e a execução das aquisições.

Previsibilidade de Gastos: Ajuda na previsão e controle dos gastos, permitindo um planejamento orçamentário mais preciso e eficiente.

5.2. Continuidade do Fornecimento

Fornecimento Regular: Garante a continuidade do fornecimento de alimentos às unidades municipais, evitando interrupções que poderiam comprometer os serviços prestados à população.

5.3. Redução de Riscos

Riscos de Mercado: Permite uma maior resiliência frente a flutuações de preços e problemas de fornecimento, uma vez que o município não fica dependente de uma única compra em larga escala.

O parcelamento da aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis é justificado por diversas razões que vão desde a garantia de qualidade dos produtos até a eficiência na gestão dos recursos públicos. Essa estratégia atende às necessidades específicas do município de Cândido Mendes - MA, proporcionando flexibilidade, redução de riscos e melhor alocação de recursos financeiros.

Recomendações:

- **Implementação do Parcelamento:** Adotar o parcelamento como prática padrão para a aquisição de gêneros alimentícios, garantindo a regularidade no abastecimento e a qualidade dos produtos.

ANALISE DE RISCO

1. A análise de risco é uma ferramenta essencial para a gestão eficaz de projetos e processos de aquisição pública. No contexto da aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, a análise de risco permite identificar, avaliar e mitigar potenciais ameaças que podem impactar a qualidade, a continuidade e os custos envolvidos no fornecimento dos alimentos.

A planilha de análise de risco descrita a seguir foi desenvolvida para o município de Cândido Mendes – MA, e está estruturada para avaliar os principais riscos associados a esse processo de aquisição.

2. Estrutura da Planilha de Análise de Risco

A planilha de análise de risco é composta pelas seguintes colunas:

Identificação do Risco: Nome ou descrição do risco.

Categoria do Risco: Classificação do risco (Operacional, Financeiro, Legal, Qualidade, etc.).

Probabilidade de Ocorrência: Estimativa da probabilidade de o risco ocorrer (Baixa, Média, Alta).

Impacto: Potencial impacto do risco caso ele ocorra (Baixo, Médio, Alto).

Classificação do Risco: Combinação de probabilidade e impacto (Baixo, Moderado, Crítico).

Medidas Mitigatórias: Ações propostas para mitigar ou minimizar o risco.

Responsável: Pessoa ou departamento responsável por monitorar e gerenciar o risco.

Status: Status atual da mitigação do risco (Aberto, Em Andamento, Mitigado).

3. Descrição Detalhada da Planilha

3.1. Identificação do Risco

Cada risco identificado recebe um nome ou descrição detalhada que facilita seu entendimento e classificação. Por exemplo, "Atraso na Entrega dos Produtos", "Variação nos Preços dos Alimentos", ou "Inadequação Sanitária".

3.2. Categoria do Risco

A categoria do risco ajuda a identificar a área que o risco afeta, facilitando a análise e a tomada de decisão. As categorias podem incluir:

Operacional: Riscos associados às operações diárias e à logística.

Financeiro: Riscos relacionados a questões financeiras, como variação de preços.

Legal: Riscos associados ao cumprimento de normas e regulamentos.

Qualidade: Riscos que afetam a qualidade dos produtos adquiridos.

3.3. Probabilidade de Ocorrência

A probabilidade de ocorrência é avaliada com base em dados históricos e na experiência da equipe. As categorias de probabilidade incluem:

Baixa: Menos de 30% de chance de ocorrer.

Média: Entre 30% e 70% de chance de ocorrer.

Alta: Mais de 70% de chance de ocorrer.

3.4. Impacto

O impacto é avaliado com base no potencial efeito do risco sobre o projeto. As categorias de impacto incluem:

Baixo: Impacto mínimo nas operações ou nos custos.

Médio: Impacto moderado, causando algumas interrupções ou custos adicionais.

Alto: Impacto significativo, podendo paralisar operações ou gerar grandes custos adicionais.

3.5. Classificação do Risco

A classificação do risco é uma combinação da probabilidade e do impacto, que resulta em uma visão geral do nível de risco. As classificações incluem:

Baixo: Riscos com baixa probabilidade e/ou impacto mínimo.

Moderado: Riscos com probabilidade e impacto moderados.

Crítico: Riscos com alta probabilidade e/ou impacto significativo.

3.6. Medidas Mitigatórias

As medidas mitigatórias são ações planejadas para reduzir a probabilidade ou o impacto do risco. Por exemplo, "Estabelecer contratos com cláusulas de penalidade para atraso", ou "Realizar cotações periódicas para acompanhar variações de preços".

3.7. Responsável

O responsável é a pessoa ou departamento que deve monitorar e gerenciar o risco, garantindo a implementação das medidas mitigatórias. Pode ser o gestor do projeto, o departamento de compras ou a equipe de qualidade.

3.8. Status

O status atual do risco indica o progresso da mitigação. Pode ser:

Aberto: O risco foi identificado, mas as medidas mitigatórias ainda não foram implementadas.

Em Andamento: As medidas mitigatórias estão sendo implementadas.

Mitigado: O risco foi controlado e as medidas mitigatórias foram concluídas.

Identificação do Risco	Categoria do Risco	Probabilidade de Ocorrência	Impacto	Classificação do Risco	Medidas Mitigatórias	Responsável	Status
Atraso na Entrega dos Produtos	Operacional	Alta	Médio	Crítico	Estabelecer cláusulas de penalidade no contrato e um cronograma de entregas rigoroso.	Departamento de Compras	Em Andamento
Variação nos Preços dos Alimentos	Financeiro	Média	Alto	Moderado	Realizar cotações periódicas e acordar preços fixos em contrato para períodos específicos.	Gestor Financeiro	Aberto
Inadequação Sanitária dos Produtos	Qualidade	Baixa	Alto	Moderado	Exigir certificações de qualidade e realizar inspeções regulares nos fornecedores.	Equipe de Qualidade	Aberto

Problemas de Armazenamento	Operacional	Média	Médio	Moderado	Melhorar infraestrutura de armazenamento e implementar práticas de gestão de estoque.	Logística e Armazenamento	Em Andamento
Riscos Legais por Não Conformidade	Legal	Baixa	Alto	Moderado	Garantir que todos os fornecedores cumpram as normas legais e sanitárias.	Assessoria Jurídica	Aberto
Demanda Variável dos Produtos	Operacional	Média	Baixo	Baixo	Revisar regularmente as necessidades de cada unidade e ajustar as compras de acordo.	Planejamento	Aberto

A análise de risco é uma etapa fundamental para garantir a eficácia e a segurança das aquisições públicas. A planilha de análise de risco permite identificar e mitigar potenciais problemas antes que eles ocorram, proporcionando uma gestão mais eficaz e transparente dos recursos públicos. Para o município de Cândido Mendes - MA, essa ferramenta ajudará a garantir que a aquisição de gêneros alimentícios seja realizada de forma segura, eficiente e econômica.

10- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11- ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação possui alinhamento com o planejamento estratégico do Município de Cândido Mendes - MA, para o ano de 2024.

12- RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o município de Cândido Mendes – MA, tem como objetivo atender às necessidades alimentares de diversas unidades públicas, como escolas, hospitais, centros comunitários, entre outros. Os resultados pretendidos são definidos com base na busca pela eficiência, qualidade e sustentabilidade na

gestão pública.

2. Resultados Pretendidos

2.1. Melhoria da Qualidade dos Alimentos Fornecidos

Objetivo: Garantir a aquisição de alimentos que atendam a padrões rigorosos de qualidade e segurança.

Indicadores de Sucesso:

- **Conformidade com Normas de Qualidade:** Percentual de lotes de alimentos que atendem às normas estabelecidas pela ANVISA.
- **Avaliação de Satisfação:** Índice de satisfação das unidades consumidoras com a qualidade dos alimentos fornecidos.
- **Número de Reclamações:** Redução no número de reclamações relativas à qualidade dos alimentos.

Metas:

- Atingir 100% de conformidade com as normas de qualidade.
- Obter um índice de satisfação superior a 90% nas avaliações periódicas.
- Reduzir as reclamações de qualidade em pelo menos 50%.

2.2. Otimização da Gestão de Recursos Públicos

Objetivo: Melhorar a eficiência na utilização dos recursos financeiros e materiais.

Indicadores de Sucesso:

- **Redução de Desperdício:** Percentual de redução do desperdício de alimentos em relação ao ano anterior.
- **Custos de Aquisição:** Comparação dos custos de aquisição com o orçamento previsto.
- **Eficiência Logística:** Redução nos custos logísticos de armazenagem e transporte.

Metas:

- Reduzir o desperdício de alimentos em 30% em um ano.
- Manter os custos de aquisição dentro do orçamento planejado.
- Reduzir os custos logísticos em 20% através de um planejamento eficiente.

2.3. Continuidade e Regularidade no Fornecimento

Objetivo: Garantir que não haja interrupção no fornecimento de alimentos para as unidades públicas.

Indicadores de Sucesso:

- **Frequência de Entregas:** Adesão ao cronograma de entregas com pontualidade.
- **Nível de Estoque:** Manter um nível adequado de estoque para evitar rupturas.
- **Incidência de Falta de Produtos:** Frequência de incidência de falta de produtos nas unidades consumidoras.

Metas:

- Cumprir 95% do cronograma de entregas pontualmente.
- Manter o estoque de segurança para garantir o fornecimento contínuo por pelo menos 30 dias.
- Reduzir a incidência de falta de produtos a menos de 5%.

2.4. Flexibilidade e Adaptação às Necessidades Variáveis

Objetivo: Adaptar as aquisições às variações de demanda e condições de mercado.

Indicadores de Sucesso:

- **Adaptação às Variações Sazonais:** Capacidade de ajustar as compras de acordo com as variações sazonais de demanda.
- **Resiliência a Variações de Preço:** Capacidade de adaptação às variações de preços sem comprometer o orçamento.
- **Flexibilidade nas Quantidades Compradas:** Proporção de ajustes feitos nas quantidades adquiridas com base nas necessidades reais.

Metas:

- Ajustar as aquisições em resposta a mudanças sazonais em pelo menos 90% dos casos.
- Manter os custos dentro do orçamento, apesar das variações de preços.
- Realizar ajustes nas quantidades compradas em resposta às mudanças de demanda em 80% das aquisições.

2.5. Promoção da Sustentabilidade

Objetivo: Incorporar práticas sustentáveis na aquisição e gestão dos alimentos.

Indicadores de Sucesso:

- **Aquisição de Produtos Sustentáveis:** Percentual de produtos adquiridos que são certificados como sustentáveis.
- **Redução de Desperdício:** Quantidade de alimentos não desperdiçados através de práticas de gestão eficazes.
- **Impacto Ambiental:** Medidas adotadas para reduzir o impacto ambiental das atividades de aquisição e armazenamento.

Metas:

- Garantir que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos sejam certificados como sustentáveis.
- Reduzir o desperdício de alimentos em pelo menos 50% em um ano.
- Implementar práticas que reduzam o impacto ambiental, como a reciclagem de embalagens e a otimização de rotas de transporte.

2.6. Fomento à Economia Local

Objetivo: Incentivar a participação de fornecedores locais e regionais nas aquisições públicas.

Indicadores de Sucesso:

- **Participação de Fornecedores Locais:** Percentual de fornecedores locais e regionais nos processos de aquisição.
- **Impacto Econômico Local:** Contribuição das aquisições para a economia local.
- **Criação de Empregos Locais:** Número de empregos locais gerados ou mantidos como resultado das aquisições.

Metas:

- Aumentar a participação de fornecedores locais para pelo menos 50%.
- Estimular a economia local com um impacto positivo de pelo menos 20% no PIB local.
- Criar ou manter pelo menos 100 empregos locais diretamente relacionados à cadeia de fornecimento de alimentos.

Os resultados pretendidos para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis visam garantir a eficiência, a qualidade e a sustentabilidade das operações de fornecimento de alimentos no município de Cândido Mendes - MA. A definição clara dos objetivos, indicadores e metas permite uma gestão mais eficaz e uma avaliação contínua do sucesso das aquisições públicas.

A adoção de práticas de gestão modernas e a implementação de medidas de controle e melhoria contínua são essenciais para alcançar esses resultados e garantir que as necessidades da população sejam atendidas de maneira adequada e sustentável.

Recomendações:

- **Monitoramento Contínuo:** Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo dos indicadores para garantir o alcance das metas.
- **Ajustes e Melhoria Contínua:** Revisar e ajustar as estratégias com base nos resultados obtidos e nas mudanças no contexto econômico e social.
- **Engajamento de Stakeholders:** Envolver todas as partes interessadas, incluindo fornecedores, unidades consumidoras e a população, para garantir a transparência e a efetividade do processo.

13- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A implementação da aquisição parcelada de gêneros alimentícios em Cândido Mendes - MA requer um conjunto organizado de providências para garantir eficiência, transparência e conformidade com as normas legais. Abaixo estão listadas as principais providências a serem adotadas:

1. Planejamento e Estratégia de Aquisição

1. **Elaboração de Termo de Referência:** Definir claramente os requisitos técnicos e operacionais para aquisição dos gêneros alimentícios, alinhados com as necessidades das unidades públicas.
2. **Definição de Critérios de Seleção de Fornecedores:** Estabelecer critérios transparentes e objetivos para seleção de fornecedores, considerando preço, qualidade, capacidade

logística e conformidade com normas sanitárias.

3. **Pesquisa de Mercado:** Realizar levantamento de fornecedores locais e regionais que possam atender às demandas de forma competitiva e sustentável.

2. Processo de Licitação e Contratação

4. **Elaboração do Edital de Licitação:** Preparar o edital de acordo com a Lei 14.133/2021, incluindo todas as especificações técnicas, condições de fornecimento, critérios de avaliação e prazos.
5. **Realização da Licitação:** Conduzir o processo licitatório de forma transparente e competitiva, assegurando a participação de potenciais fornecedores e o cumprimento dos prazos legais.
6. **Avaliação das Propostas:** Analisar as propostas recebidas conforme os critérios estabelecidos, garantindo a escolha da proposta mais vantajosa para o município.

3. Implementação e Execução do Contrato

7. **Assinatura do Contrato:** Formalizar o contrato com o fornecedor selecionado, detalhando todas as obrigações e responsabilidades de ambas as partes.
8. **Monitoramento e Fiscalização:** Estabelecer um sistema eficiente de monitoramento e fiscalização da execução do contrato, garantindo o cumprimento das cláusulas acordadas e a qualidade dos produtos entregues.
9. **Gestão de Qualidade e Controle de Estoque:** Implementar práticas de controle de qualidade dos alimentos recebidos e gerenciar de forma eficaz o estoque para evitar desperdícios e garantir a disponibilidade contínua dos produtos.

4. Avaliação e Melhoria Contínua

10. **Avaliação de Desempenho:** Realizar avaliações periódicas do desempenho do contrato e dos fornecedores, utilizando indicadores de qualidade, satisfação do cliente e eficiência operacional.
11. **Feedback e Ajustes:** Utilizar os resultados das avaliações para promover ajustes necessários no processo de aquisição e no relacionamento com os fornecedores, visando melhorias contínuas.
12. **Capacitação e Treinamento:** Capacitar periodicamente os servidores envolvidos na gestão da aquisição de alimentos, atualizando-os sobre normas, regulamentos e melhores práticas de gestão pública.

A adoção dessas providências assegurará que a aquisição parcelada de gêneros alimentícios em Cândido Mendes – MA, seja conduzida de maneira eficiente, transparente e em conformidade com a legislação vigente. A gestão cuidadosa desde o planejamento até a execução e avaliação permitirá alcançar os objetivos de fornecimento regular de alimentos de qualidade para as unidades públicas, contribuindo para o bem-estar e a saúde da população.

14- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios em Cândido Mendes - MA, é crucial considerar

os possíveis impactos ambientais associados a esse processo. Abaixo estão alguns dos principais impactos ambientais que podem ser considerados:

Possíveis Impactos Ambientais

Uso de Recursos Naturais:

Consumo de Água: A produção de alimentos pode demandar grandes quantidades de água, especialmente no caso de cultivos irrigados ou na criação de animais.

Consumo de Energia: Desde a produção até o transporte e armazenamento, o processo de alimentos consome energia, muitas vezes de fontes não renováveis.

Desmatamento e Uso do Solo:

Expansão Agrícola: O aumento da demanda por alimentos pode levar à expansão de áreas agrícolas, resultando em desmatamento de ecossistemas naturais.

Erosão do Solo: Práticas agrícolas inadequadas podem causar erosão do solo e perda de nutrientes, afetando a fertilidade e a biodiversidade local.

Impactos na Biodiversidade:

Perda de Habitat: A conversão de áreas naturais em terras agrícolas pode reduzir o habitat disponível para espécies nativas, aumentando o risco de extinção.

Introdução de Espécies Invasoras: A introdução de espécies invasoras através do comércio de alimentos pode ameaçar a biodiversidade local.

Poluição e Contaminação:

Pesticidas e Fertilizantes: O uso intensivo de pesticidas e fertilizantes na agricultura pode contaminar solos e recursos hídricos, afetando a saúde dos ecossistemas e das comunidades locais.

Resíduos de Embalagens: A produção em larga escala de alimentos pode gerar grandes quantidades de resíduos de embalagens, contribuindo para a poluição do meio ambiente.

Mudanças Climáticas:

Emissões de Gases de Efeito Estufa: O transporte de alimentos e o manejo agrícola podem gerar emissões significativas de gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas.

Adaptação às Mudanças Climáticas: As práticas agrícolas e as cadeias de suprimento de alimentos precisam se adaptar às mudanças climáticas para garantir a resiliência dos sistemas alimentares.

Medidas de Mitigação e Sustentabilidade

Para mitigar esses impactos ambientais, é fundamental adotar práticas sustentáveis ao longo de toda a cadeia de suprimento de alimentos. Algumas medidas importantes incluem:

Promoção da Agricultura Sustentável: Incentivar práticas agrícolas que reduzam o uso de produtos químicos, conservem a água e protejam a biodiversidade.

Uso Eficiente de Recursos: Implementar tecnologias e práticas que melhorem a eficiência no uso de água e energia na produção e no processamento de alimentos.

Gestão de Resíduos: Reduzir, reutilizar e reciclar resíduos de alimentos e embalagens para

minimizar a poluição e o desperdício.

Transporte Sustentável: Priorizar o transporte de alimentos de maneira eficiente em termos de energia e reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Certificações Ambientais: Selecionar fornecedores que sigam práticas agrícolas sustentáveis e possuam certificações ambientais reconhecidas.

A implementação de medidas de mitigação e a adoção de práticas sustentáveis não apenas reduzem os impactos ambientais negativos, mas também contribuem para a resiliência dos sistemas alimentares locais e para o bem-estar das comunidades envolvidas.

15- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta declaração tem como objetivo confirmar a viabilidade da aquisição parcelada de gêneros alimentícios para atender às necessidades do município de Cândido Mendes - MA, considerando diversos aspectos relevantes para o sucesso e eficiência do projeto.

1. Viabilidade Técnica

A viabilidade técnica da aquisição parcelada de gêneros alimentícios está assegurada pelas seguintes considerações:

- **Capacidade de Atendimento:** Identificamos fornecedores locais e regionais que têm capacidade comprovada para fornecer os gêneros alimentícios necessários, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência.
- **Infraestrutura de Armazenamento:** Dispomos de infraestrutura adequada para o armazenamento temporário dos alimentos, garantindo a preservação da qualidade até a distribuição às unidades consumidoras.
- **Logística de Distribuição:** Estabelecemos um plano logístico eficiente para a distribuição dos alimentos, minimizando custos operacionais e garantindo o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos.

2. Viabilidade Econômica

A viabilidade econômica da aquisição parcelada é sustentada pelos seguintes pontos:

- **Orçamento Adequado:** Fizemos uma análise financeira detalhada que confirma a adequação do orçamento municipal para cobrir os custos associados à aquisição dos gêneros alimentícios.
- **Competitividade de Preços:** O processo licitatório foi conduzido de maneira transparente e competitiva, resultando na seleção de fornecedores que oferecem preços competitivos sem comprometer a qualidade dos produtos.
- **Eficiência de Custos:** Implementamos medidas para otimizar os custos de aquisição, logística e armazenamento, garantindo um uso eficiente dos recursos públicos.

3. Viabilidade Ambiental e Social

Consideramos os aspectos ambientais e sociais para garantir a sustentabilidade do projeto:

- **Impacto Ambiental Controlado:** Adotamos práticas sustentáveis na seleção de fornecedores e na gestão dos resíduos, visando reduzir o impacto ambiental da aquisição e

distribuição de alimentos.

- **Benefício Social:** A aquisição parcelada promove a economia local ao incentivar a participação de fornecedores regionais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e a geração de empregos na comunidade.

4. Viabilidade Legal e Regulatória

Garantimos a conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei 14.133/2021 e outras normas pertinentes:

- **Conformidade Legal:** Todas as etapas do processo de aquisição, desde o planejamento até a execução do contrato, estão alinhadas com as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- **Transparência e Prestação de Contas:** Estabelecemos mecanismos robustos de transparência e prestação de contas para garantir a integridade e a eficiência do processo de aquisição.

Com base nas análises e considerações acima, afirmamos que a aquisição parcelada de gêneros alimentícios em Cândido Mendes – MA, **é viável** e está estruturada para atender de maneira eficaz e sustentável às necessidades alimentares das unidades públicas do município. Estamos comprometidos em garantir a qualidade dos alimentos, a eficiência na gestão dos recursos públicos e o respeito ao meio ambiente e à legislação vigente.

Esta declaração reflete nosso compromisso com a melhoria contínua e o bem-estar da comunidade local, buscando sempre alcançar os melhores resultados para todos os envolvidos.

16- RESPONSÁVEIS

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Cândido Mendes - MA, 13 de maio de 2024.

Leilane dos Santos Pinheiro
Equipe de Planejamento das Contratações

Órquidea Paixão Miranda
Equipe de Planejamento das Contratações

Silvia de Kássia Teixeira Rocha Nascimento
Equipe de Planejamento das Contratações

ANEXO II
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE
FORNECIMENTO, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MENDES, POR
INTERMÉDIO DO (A) SECRETARIA DE
_____, E A EMPRESA

Pelo presente contrato que celebram entre si, de um lado O Município de Cândido Mendes-MA, por intermédio da Secretaria Municipal de _____, situada na _____, s/n, Piracambu, Cândido Mendes, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____ SSP/MA e do CPF nº _____, doravante denominada CONTRATANTE e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Registro de preços para eventual e futura aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis visando atender as necessidades do município de Candido Mendes- MA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Descrição do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

OU

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos contados a partir da data de assinatura do contrato prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

1.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA

(indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 1.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 1.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 1.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- 1.1. São obrigações do Contratante:
- 1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja

inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

1.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

1.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

1.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
 - 1.3. Moratória de 20% (vinte por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 1.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
 - 1.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 1.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 1.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 1.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
 - 1.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
 - 1.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

1.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

1.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

1.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

1.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

1.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

1.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.4.3. Indenizações e multas.

1.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

1.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

1.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: FUNDEB

UND. ORÇAMENTÁRIA: FUNDEB

12.361.0023.2913 0000 MAN E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 30%

3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FR. 1.540.0.200-002/ 1.541.0.200-002/1.542.0.200-002

12.365.0023 MAN DA ED. BASICA

12.365.0023.2982 0000 MAN E FUNC. DA EDUCAÇÃO INFANTIL 30%

3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FR. 1.542.0.200-002/1.540.0.200-002/ 1.541.0.200-002

1.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

1.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial do Município na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

1.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cândido Mendes - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

1.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente contrato administrativo foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Cândido Mendes-MA xx, de xxxxxxxxxxxx de 2024

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2024

A Prefeitura Municipal de Cândido Mendes -MA, com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2024, Processo Administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 26 de 12 abril de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para eventual e futura aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis visando atender as necessidades do município de Candido Mendes- MA**, conforme especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração Indústria e Comércio** de Cândido Mendes – MA.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.3. Secretaria Municipal de Educação

3.4. Secretaria Municipal de Saúde

3.5. Secretaria Municipal de Assistência Social

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)